



PROJETO DCHI NAS ESCOLAS

DCHI PROJECT IN SCHOOLS

PROYECTO DCHI EN LAS ESCUELAS

Jacilene Fiuza de Lima¹

Maria Alice Carvalho Sacramento²

Resumo: Este artigo descreve uma atividade de extensão destinada a alunos do terceiro ano do ensino médio em escolas públicas de Salvador, com o objetivo de familiarizá-los com os cursos de graduação do Departamento de Ciências Humanas I (DCHI), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A iniciativa visa também informar sobre as formas de ingresso, programas de auxílio à permanência para alunos de baixa renda e outros aspectos relacionados à vida universitária. O projeto já foi implementado em sete escolas públicas dos bairros diversos de Salvador, recebendo uma resposta positiva da gestão escolar e dos alunos, que demonstraram interesse em obter mais informações sobre acesso e permanência na universidade pública, áreas ainda pouco familiares para muitos deles.

Palavras-chave: Universidade pública. Acesso. Permanência.

Abstract: *This article describes an extension activity aimed at third-year high school students in public schools in Salvador, with the aim of familiarizing them with the undergraduate courses of the Department of Human Sciences I (DCHI) of the State University of Bahia (UNEB). The initiative also aims to provide information on admission methods, permanence assistance programs for low-income students and other aspects related to university life. The project has already been implemented in seven public schools in different neighborhoods of Salvador, receiving a positive response from school management and students, who showed interest in obtaining more information about access and stay at public universities, areas that are still unfamiliar to many of them.*

Keywords: *Public university. Access. Permanence.*

Resumen: *Este artículo describe una actividad de extensión dirigida a estudiantes de tercer año de secundaria de escuelas públicas de Salvador, con el objetivo de familiarizarlos con los cursos de pregrado del Departamento de Ciencias Humanas I (DCHI) de la Universidad Estadual de Bahía (UNEB). La iniciativa también pretende brindar información sobre métodos de admisión, programas de ayuda a la permanencia para estudiantes de bajos recursos y otros*

¹ Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia. Analista Universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0026-1401-6260> E-mail: janelima@yahoo.com.br

² Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia. Técnica Universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9823-8565> E-mail: m_lice1@hotmail.com

aspectos relacionados con la vida universitaria. El proyecto ya se implementó en siete escuelas públicas de diferentes barrios de Salvador, recibiendo una respuesta positiva por parte de la dirección escolar y de los estudiantes, quienes mostraron interés en obtener más información sobre el acceso y permanencia en las universidades públicas, áreas que aún son desconocidas para muchos de ellos.

Palabras clave: *Universidad pública. Acceso. Permanencia.*

Introdução

As universidades têm funcionado, ao longo da história, como centros de poder e prestígio, geralmente dominados pelas elites detentoras de capital econômico, social e cultural. Esse predomínio das classes privilegiadas se perpetua ao utilizar a universidade não apenas como um espaço de aprendizado, mas também como uma ferramenta para certificar e consolidar posições na estrutura social. Desde tenra idade, os indivíduos pertencentes a essas elites são incentivados a buscar o ingresso nas universidades, não apenas para adquirir conhecimento, mas também para obter títulos acadêmicos que legitimem e ampliem seu domínio sobre a sociedade em geral. No entanto, o caminho rumo à educação superior é marcado por uma série de obstáculos quase intransponíveis para muitos. A insuficiência de vagas, a competição acirrada nos processos seletivos e a exigência dos exames vestibulares constituem barreiras significativas para aqueles que almejam esse patamar educacional.

A evolução histórica da educação superior está intimamente ligada ao contexto socioeconômico, refletindo e sendo influenciada por ele. No Brasil, é evidente que o acesso à educação superior sempre foi restrito a uma minoria privilegiada, excluindo estudantes de classes sociais menos favorecidas e oriundos de escolas públicas, uma vez que, para esses jovens, as restrições financeiras os direcionam principalmente para as instituições de ensino público, onde enfrentam desafios adicionais devido à falta de recursos e à qualidade por vezes



aquém na educação de base daquela que recebem os que estudam em escolas privadas (Bourdieu: Passeron, 1970)³.

No cenário político brasileiro, o acesso ao ensino superior, especialmente em instituições públicas, continua a ser percebido como um privilégio para boa parte da população. A partir da década de 1990, houve uma crescente preocupação em ampliar esse acesso, destacando-se as políticas afirmativas, como as cotas para negros e estudantes de escolas públicas. A busca pela democratização do acesso à educação superior levou à formulação de políticas públicas destinadas a expandir as vagas e a promover a inclusão de grupos considerados marginalizados. O primeiro Projeto de Lei (PL nº 73/1999), datado de 1999, propôs a reserva de 50% das vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para alunos provenientes de escolas públicas. Após treze anos de discussão, esse documento evoluiu para a Lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas), sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 29 de agosto de 2012 (Nierotka, 2015).

É amplamente reconhecido que a distribuição desigual de riqueza e renda no país afeta diretamente a acessibilidade e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Garantir o acesso ao conhecimento é essencial para promover a equidade, mas é igualmente importante reconhecer que a educação não é a única solução para os problemas sociais. É necessário analisar criticamente o contexto socioeconômico e buscar políticas que promovam uma redistribuição mais justa dos recursos, levando em consideração os desafios internos e externos enfrentados pelas instituições educacionais. Reconhecer a influência da condição socioeconômica sobre a educação não significa ignorar outros fatores que também a afetam (Cury, 2002).

³ É preciso destacar que Pierre Bourdieu aborda o tema da educação e desigualdade social em várias de suas obras, mas uma das mais relevantes é "A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino", publicada originalmente em 1970 em coautoria com Jean-Claude Passeron. Nesta obra, Bourdieu e Passeron analisam como o sistema educacional reproduz as desigualdades sociais, perpetuando privilégios para certos grupos sociais e limitando as oportunidades para outros. Embora essa obra seja anterior à década de 1990, muitos dos conceitos e ideias apresentados por Bourdieu continuam relevantes para a compreensão das políticas de acesso ao ensino superior, incluindo as políticas afirmativas.



É então no fulcro desse contexto que emergiu a percepção da necessidade de criar uma iniciativa de extensão universitária que não apenas oferecesse informações sobre os mecanismos de acesso e permanência nas universidades públicas, mas que também abordasse os desafios específicos enfrentados por estudantes de escolas públicas, especialmente no contexto das políticas de cotas. Essa proposta não se limita apenas a transmitir dados e requisitos formais, mas busca aprofundar a compreensão dos estudantes sobre as oportunidades e os recursos de apoio disponíveis durante sua jornada acadêmica para todos aqueles que atendam aos pré-requisitos. A extensão universitária se torna, assim, um veículo não apenas de informação, mas também de empoderamento, buscando equipar os alunos de escolas públicas com o conhecimento sobre formas de acesso e auxílio à permanência existentes em universidades públicas e que não são conhecidos por todos.

Contextualização da ação

A universidade brasileira é dotada, estatutariamente, de três funções básicas: o tripé ensino, pesquisa e extensão, que são atividades indissociáveis. Desse tripé, a atividade de extensão tem se fortalecido a cada dia no sentido de promover ações inclusivas que beneficiem comunidade e sociedade. O Art. 152 do Regimento Geral, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, descreve a extensão como: “A extensão será entendida como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável com o objetivo de garantir a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (UNEB, 2012, s./p.).

É justamente o objetivo de garantir a relação transformadora entre universidade e sociedade que verte às atividades de extensão do caráter inclusivo e renovador, pois pode beneficiar direta ou indiretamente um público ou comunidade e transformar seu modo de ver, agir ou sentir a realidade que os circundam. A extensão, desta forma, está vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento para garantir a integração entre universidades e sociedade, de maneira a tentar suprimir as desigualdades e exclusões sociais. Conforme afirma o documento do 50º Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) “A Extensão Universitária é o



processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (FORPROEX - UNEB, 2022).

Entende-se, assim, que as ações de extensão se revelam como algo indispensável, enquanto difusão e compartilhamento de informações com a sociedade, pois, muitas vezes, a Universidade se mostra como um espaço inatingível, distante e insuperável para uma parte significativa da população estudantil. A extensão tem então este papel de minimizar este distanciamento quando a Universidade fica muito voltada para dentro de si mesma, para seus espaços acadêmicos, sem maiores intervenções ao seu redor, em espaços sociais.

A extensão universitária se revela não apenas como uma mera transmissora de conhecimento, mas como uma poderosa ferramenta de construção de saberes e desenvolvimento pessoal para todos os envolvidos. É fundamental compreender que as atividades de extensão não apenas contribuem para a formação daqueles que participam, mas também representam uma oportunidade valiosa para os realizadores dessas ações absorverem mais conhecimentos. Esse processo educativo é caracterizado por uma dinâmica de troca e aprendizado mútuo, em que cada indivíduo, ao interagir com os outros e com a comunidade, enriquece sua compreensão do mundo e ressignifica os conteúdos vivenciados.

Destarte, a extensão universitária se configura como um espaço de diálogo e construção coletiva, no qual tanto os universitários quanto os membros da comunidade acadêmica e comunidade externa têm a chance de compartilhar suas experiências, conhecimentos e perspectivas. Compreende-se que, nesse ambiente colaborativo, as diferentes vivências e expertises se complementam, enriquecendo o processo de aprendizagem e promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos temas abordados.

Dessa forma, entende-se que a extensão universitária transcende a simples transferência de informações, transformando-se em um cenário dinâmico e enriquecedor de construção de conhecimento e de desenvolvimento pessoal. É por meio dessa interação entre universidade e sociedade que se fortalece o compromisso com a democratização do acesso ao saber e com a promoção do desenvolvimento humano e social. Sendo assim, a extensão pode acontecer de maneiras diversas, com objetivo de incentivar ou despertar mudanças em grupos específicos da



população, em relação à percepção sobre determinado objeto ou crença ou ao entendimento de determinado conteúdo ou contexto, vinculado especificamente à temática.

No que se refere à UNEB, com diversos projetos de extensão durante os seus 40 anos de existência, consolidou-se como uma Universidade inclusiva e comprometida socialmente com o desenvolvimento educacional, socioeconômico e político dos que foram beneficiados por seus programas, projetos, cursos e atividades de cunho extensionista. De acordo com a Cartilha de Curricularização da Extensão da UNEB (2018), a capilaridade multicampi dessa Instituição, com fixação geográfica em todos os Territórios de Identidade da Bahia e a diversidade de seus cursos de graduação ofertados em diferentes áreas do conhecimento, constitui-se em fatores que contribuem para torná-la plural na concepção e na implementação de sua extensão universitária.

O diálogo efetivo com a sociedade tem se dado pelo engajamento da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos) em atividades extramuros significativas que a legitima como universidade da diversidade e que vem contribuindo significativamente para as transformações sociais no âmbito do estado da Bahia (PROEX-UNEB, 2018, s./p.).

Ressalta-se que, como uma das funções sociais da Universidade, a Extensão Universitária deve servir também como instrumento de inserção social, aproximando a academia não só das comunidades adjacentes, mas para além das mesmas e com setores diversos da sociedade. Nessa direção, a aproximação da universidade com as escolas básicas, tão necessária, pode e tem acontecido muito por meio de programas e projetos de extensão.

É, então, nessa perspectiva, que se enuncia a proposta de apresentação dos cursos do Departamento de Ciência Humanas I (DCHI) e de informações mais detalhadas sobre as formas de acesso a esses cursos e as possibilidades estudantis de permanência na UNEB para alunos do ensino médio de escolas públicas. Naturalmente que, quando se fala em permanência na universidade, têm-se vários fatores implicados, entretanto, para efeito dessa proposta, a pretensão tem sido apresentar as possibilidades a partir das políticas e programas de bolsas-auxílio que podem ajudar aqueles que têm a dificuldade financeira como principal entrave para o ingresso e a permanência na universidade. Além das bolsas-auxílio, existe também a



possibilidade de bolsas advindas de projetos de pesquisa e extensão, embora não seja o auxílio financeiro o objetivo desses projetos.

Dessarte, a ação proposta parte do desejo de aproximação do DCHI com as escolas públicas e seu alunado, divulgando seus cursos e levando informações aos estudantes do ensino médio sobre formas de acesso e possibilidades estudantis de permanência na UNEB, intencionando despertar um novo olhar nesses alunos sobre a universidade pública, assim como o desejo de participar de seus processos seletivos. A ideia surgiu, inicialmente, da observação de um evento com alunos de uma escola pública de Salvador, que pretendeu apresentar perfis profissionais de algumas graduações para seus alunos.

Para esse evento, o DCHI foi convidado a falar do perfil profissional de egressos de seus cursos e, conversando com a gestão da escola, além da observação no próprio evento, percebeu-se a carência de informações sobre acesso e permanência nas universidades públicas por grande parte dos alunos presentes. Essa percepção ganhou maior relevância quando foram observados os dados de estudos desenvolvidos em cidades do Brasil, envolvendo alunos de escolas públicas a respeito de seu ingresso no ensino superior, a exemplo de uma pesquisa realizada e divulgada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMS), no ano de 2017, que mostrou os seguintes resultados:

[...] entre os estudantes entrevistados que se formaram no segundo grau, 70% não ingressaram em uma faculdade por falta de dinheiro. De acordo com o levantamento, 23% não prosseguiram com os estudos porque não conseguiram passar em uma instituição pública. Segundo os dados, embora não tenham seguido estudando, 62% desejavam ter ingressado no ensino superior logo após a conclusão da etapa. No município do Rio, os estudantes que ao se formarem no ensino médio não tinham pensado em entrar em uma universidade são maioria, representando 54% dos entrevistados. Para 42% deles o motivo principal para ter adiado o ensino superior foi o fato de não ter condições de pagar. Outros 31% indicam que pararam de estudar porque começaram a trabalhar e 20% porque não conseguiria passar em uma universidade pública. Apenas 7% declararam não ter interesse e 4% terem optado por curso técnico (ABMES, 2017).



A pesquisa feita pela ABMES abordou as cinco regiões do país e mostra que o percentual de estudantes que afirmaram não ter condições de pagar o curso superior foi o mais elevado, o que pode sugerir um desconhecimento de forma que podem facilitar o acesso à universidade pública que incluem isenção de taxas de inscrição, cotas para alunos de baixa renda oriundos de escolas públicas e oferta de curso pré-vestibular gratuito em muitas delas, além das possibilidades de auxílio à permanência.

É interessante destacar o resultado do estudo no Rio de Janeiro, onde 54% dos entrevistados não tinham pensado em entrar em uma universidade, pois se acredita que isso acontece com alunos das escolas públicas de todo o país. Nesse sentido, o Projeto Salvaguarda (Brasil, 2017), idealizado por um estudante de economia da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto, com o objetivo de mostrar aos estudantes da rede pública que os bancos das universidades devem ser ocupados por eles – o projeto é composto por voluntários, que são alunos da universidade, professores e graduados que vão até as escolas para falar sobre carreiras e a seleção para o ensino superior, fez constatações bem próximas as da pesquisa da ABMS: o responsável pelo projeto fez uma pesquisa com 193 alunos das escolas estaduais da cidade de Ribeirão Preto e observou que “a maior parte dos estudantes nunca cogitou fazer uma universidade e só 13 deles conheciam a Fuvest, fundação responsável pelo processo seletivo da USP. Metade apenas sabia que o Enem era utilizado para ingressar na graduação”. Ressalte-se que o Projeto Salvaguarda (Brasil, 2017) é uma iniciativa importante de aproximação dos alunos de escolas públicas com a realidade da universidade e as possibilidades de ingresso nas mesmas.

Nessa perspectiva, tem-se observado um grande avanço nos projetos extensionistas que tratam da aproximação e ingresso de alunos de escolas públicas no Ensino Superior também público. Além do projeto Salvaguarda (Brasil, 2017), há várias universidades pelo país que desenvolvem projetos nesse sentido, a exemplo da UFBA, com o projeto “UFBA, mostra a sua cara”, que realiza palestras e visitações em seu espaço, onde o aluno pode obter informações diretas sobre formas de ingresso e os cursos de seu interesse. Também nessa direção, o projeto “Vivendo a USP”, idealizado pela professora Vera Bohomoletz, visando promover a interação entre alunos de escolas públicas e a universidade, considera que, além da possibilidade de



compartilhamento de conhecimento, o “Vivendo a USP” representa a inclusão da universidade pública nos projetos de vida dos estudantes envolvidos. Vera Bohomoletz diz que “O objetivo é apresentar ao estudante a possibilidade, dada à distância de sua realidade familiar, de continuar seus estudos numa universidade pública”. Essa fala remete tanto as verificações do Projeto Salvaguarda (Brasil, 2017) quanto a da pesquisa da ABMS, sobre a maioria dos estudantes que não haviam pensado em ingressar no ensino superior.

Dentro do contexto exposto, é possível observar que boa parcela dos alunos de baixa renda em escolas públicas pelo país considera o ensino superior, especialmente em uma universidade pública, muito distante da sua realidade e, nesse sentido, todos os projetos que visem levar esclarecimentos e aproximar a universidade das escolas públicas e seu alunado, são fundamentais.

Nessa direção, para compreender minimamente as disparidades sociais e econômicas que afetam o acesso à educação, especialmente ao ensino superior, é necessário mergulhar em uma análise mais profunda. A desigualdade educacional muitas vezes começa cedo, nas bases do sistema educacional. Escolas públicas frequentemente enfrentam carências estruturais e escassez de recursos, prejudicando a qualidade da formação dos estudantes, além de questões raciais, entre outras (Ferreira; Calixto, 2021).

Esse cenário estabelece um ciclo de desvantagem para aqueles que dependem exclusivamente do sistema público de ensino. Além disso, as barreiras financeiras são expressivas. Mesmo com políticas de cotas em vigor, os desafios relacionados ao custo de vida durante a vida universitária, como moradia, transporte e material didático, podem ser obstáculos significativos para estudantes de baixa renda. Outro ponto crucial é a necessidade de oferecer suporte acadêmico e psicossocial adequado para esses estudantes. Muitos enfrentam desafios adicionais de adaptação ao ambiente universitário, especialmente se forem os primeiros de suas famílias a alcançar esse nível de ensino e, nesse sentido, é importante apresentar que a universidade pública pode oferecer esse tipo de auxílio, minimamente que seja.

Em síntese, em que pese as dificuldades estruturais e históricas, entende-se, no âmbito dessa ação de extensionista, que o acesso à educação superior não deve ser apenas reconhecido como um direito, mas também como um instrumento fundamental para promover a inclusão



social e o desenvolvimento humano. Essa compreensão demanda um esforço conjunto de diversos atores sociais para superar as barreiras que ainda impedem muitos jovens brasileiros de alcançarem esse nível de ensino tão importante. Nesse contexto, é crucial reconhecer a importância da interação entre a universidade e as escolas públicas, especialmente no que diz respeito à divulgação dos cursos de graduação e das oportunidades de ingresso na instituição.

Diante dessa perspectiva, justifica-se a iniciativa em realizar apresentações nas escolas públicas para os alunos do terceiro ano do ensino médio. Essas ações não apenas visam aumentar a visibilidade dos cursos oferecidos pela UNEB, mas também têm o potencial de ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a universidade pública, em especial a UNEB. Ademais, essas iniciativas buscam despertar o interesse dos alunos em concorrer às vagas oferecidas nos diferentes cursos da Instituição.

Ao promover essa aproximação entre a universidade e as escolas públicas, pretende-se não apenas tornar os cursos do DCHI mais conhecidos, mas também criar um senso de pertencimento nos alunos em relação à instituição de ensino superior. Isso é fundamental para aumentar a taxa de matrícula na educação superior, uma meta importante estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no Censo Nacional de Educação:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2021, p. 6).

Em última análise, trata-se de garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais e, assim, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa maneira, também dentro da perspectiva de aumento na taxa de matriculados, especialmente de escolas públicas na educação superior do seguimento público estabelecida pelo PNE, se encontra o DCHI nas escolas.



Metodologia

O projeto DCHI está sendo implementado em escolas públicas de Salvador, escolhidas por possuir turmas do ensino médio. As apresentações para os alunos ocorrem mensalmente, com base na disponibilidade das escolas, e são adaptadas de acordo com o número de alunos e espaço disponível. O projeto foi elaborado em 2019 e registrado nos sistemas da UNEB. Após interrupções devido à pandemia, as atividades foram retomadas em novembro de 2021, com apresentações em escolas do entorno da UNEB até novembro de 2022. Durante as apresentações, são abordados temas como a UNEB, o DCHI, formas de ingresso, programas de bolsas e cursos pré-vestibulares gratuitos. O objetivo é esclarecer dúvidas e informar os alunos sobre as oportunidades de acesso e permanência na Universidade.

O Departamento de Ciências Humanas- DCH – *Campus I* na UNEB:

O Departamento, no âmbito da Uneb, é o órgão de Administração Setorial, que pertence à estrutura universitária, a qual congrega docentes, técnicos administrativos, discentes e ocupantes de cargo de provimento temporário, sendo responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, controle e avaliação das atividades didático-científicas e administrativas, gozando de autonomia nos limites de sua competência. A estrutura organizacional do Departamento compõe-se de órgãos deliberativo, consultivo e executivo, de forma integrada para o alcance dos seus objetivos (UNEB, 2012).

Como uma unidade básica da Universidade, no Departamento ocorrem atividades administrativas, acadêmicas, didáticas e científicas, relacionadas às metas e aos objetivos da instituição, assumindo um papel fundamente na medida em que congrega um centro de produção de conhecimento.

No que se refere ao DCH da UNEB, em Salvador, maior Departamento da UNEB em quantidade de cursos de graduação, sua origem se deu a partir do Decreto Governamental nº 7.22, de 20 de janeiro de 1998 (Bahia, 1998), que extingue o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA) e funda os Departamentos de Ciências Humanas e Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET). O DCHI funciona no *Campus I*, conta com nove Cursos de



Graduação e um Programa de Pós-Graduação, na modalidade *stricto sensu*. São cinco cursos de bacharelado e quatro de licenciaturas com boa aceitação e perspectivas de estágios e trabalho e, apresentá-los, com o perfil de cada um deles, mais as formas de acesso e os programas de auxílio à permanência, é uma ação que aproxima o Departamento e, por consequência, a UNEB das escolas públicas e de seus estudantes, intencionando provocar elucidacões nesse público sobre o acesso à universidade pública, que lhes é de direito.

Resultados e Discussão

Dentro da perspectiva do acesso às universidades, ao longo da década de 1990 e, principalmente nos anos 2000, observou-se a criação e/ou ampliação de programas de acesso à universidade para a população mais carente, a exemplo do Exame Nacional de Ensino Médio- ENEM, no ano de 1998, do Sistema de Seleção Unificada-SISU, em 2010, Fundo de Financiamento Estudantil- FIES, em 1999, e o Programa Universidade para Todos -Prouni, no ano de 2005 (Brasil, 2024).

Vale ressaltar que programas como Prouni e FIES facilitam o acesso às universidades privadas, não se estendendo às públicas, ainda carentes de políticas públicas de maior extensão, qualidade e periodicidade de modo a atender à amplitude de estudantes economicamente carentes. É fato que nas universidades públicas, embora tenha aumentado nos últimos anos a presença de alunos de baixa renda, oriundos de escolas públicas, essa realidade ainda está distante do ideal. Os fatores que contribuem para essa realidade são diversos, mas programas de expansão de acesso e, principalmente de permanência para esse público, são cada vez mais prementes. Nessa direção, Zago afirma que:

Uma efetiva democratização da educação certamente precisa de políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a *permanência* (grifo das autoras) dos estudantes no sistema educacional de ensino (Zago, 2006, p. 3).



Destarte, além da criação de programas de acesso e permanência em universidades públicas, é necessário que tais programas cheguem ao conhecimento dos alunos de escolas públicas, que nem sempre se aproximam dessas informações. Estudos como os apresentados na introdução deste artigo, a exemplo da ABMS e da Salvaguarda (Brasil, 2017), corroboram com essa afirmação.

Compreende-se que os programas e bolsas que visam auxiliar na permanência dos alunos nas instituições públicas de ensino são, sem dúvida, uma importante ferramenta para promover a inclusão e o acesso à educação superior. No entanto, é essencial reconhecer que esses recursos ainda não conseguem abranger todos os estudantes de maneira igualitária. Ainda assim, representam uma possibilidade concreta de apoio e estímulo para muitos jovens que enfrentam dificuldades financeiras significativas.

É comum que esses estudantes enfrentem obstáculos como a falta de recursos para subsidiar despesas básicas, como transporte, alimentação, materiais didáticos, cursos complementares e acesso à internet. Nesse contexto, os programas de apoio financeiro e as bolsas oferecem um suporte crucial, tornando possível para esses alunos continuarem seus estudos com mais segurança e tranquilidade.

Portanto, é fundamental que esses programas sejam amplamente divulgados e tornem-se conhecidos pelos alunos das escolas públicas. Ao tomar conhecimento dessas oportunidades de apoio financeiro, os estudantes podem enxergá-las como uma chance real de ingressar e permanecer na universidade pública, mesmo diante das dificuldades econômicas. Essa divulgação eficaz desses programas pode ajudar a diminuir a distância entre a educação básica e o ensino superior público, tornando o acesso à universidade mais acessível e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica.

Nessa perspectiva, a UNEB gerencia, juntamente com outras universidades estaduais, o programa Universidade Para Todos-UPT, bem como diversos programas de acesso, como o vestibular da Instituição e o ENEM. Além disso, a Universidade oferece programas de auxílio e permanência para alunos de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, conforme segue.



Universidade Para Todos (UPT)

O UPT tem como proposta preparar jovens e adultos egressos do ensino médio e cursistas do 3º ano da rede pública de ensino estadual e municipal, para o ingresso no ensino superior, através de curso pré-vestibular gratuito. A divulgação do UPT é feita nas escolas e o projeto oferece a isenção de 100% na taxa de inscrição nos vestibulares das universidades estaduais para estudantes com mais de 75% de frequência no curso pré-vestibular e, ainda, o uniforme e o material didático, constituído por módulos das disciplinas. É um projeto importante para os alunos de escolas públicas que não têm condições de pagar um curso particular.

Vestibular UNEB

Na UNEB existem duas formas de ingresso: pelo Sisu e pelo vestibular da Instituição, que acontece todos os anos. O acesso aos cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância (EaD), tanto às vagas destinadas a ampla concorrência, quanto às vagas reservadas aos candidatos cotistas e, as sobrevagas, estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Universitário (CONSU) nº 1.339/2018, publicada no D.O.E., de 28 de julho de 2018, e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 2.017/2019, publicada no D.O.E., de 01 de outubro de 2019. Além da entrada via vestibular, os interessados tem a oportunidade de entrada via SISU/ENEM.

Políticas e programas de bolsas

A Pró-reitoria de Assistência Estudantil-PRAES é responsável pela seleção de bolsas de diferentes modalidades. As bolsas são distribuídas da seguinte forma:

- Bolsa Auxílio Permanência, com até 12 parcelas.
- Bolsa Auxílio Complementar, para residentes de casa estudantil, também com até 12 parcelas.



- Bolsa Auxílio Emergencial, destinada a alunos com deficiências socioeconômicas ou de saúde diversa, com pagamento de até 3 parcelas.
- Bolsa Auxílio Alternância, que oferece 3 parcelas por semestre para cada discente.

Os candidatos devem atender aos requisitos estabelecidos no edital e fornecer documentos comprobatórios para se candidatarem às bolsas. Além dessas modalidades, outros programas oferecem diferentes tipos de apoio aos estudantes, como seguem:

- Programa Mais Futuro (Bolsa permanência e estágio);
- Programa de Bolsa Auxílio (Bolsa auxílio complementar, Bolsa auxílio permanência, Bolsa auxílio alternância);
- Programa Partiu Estágio;
- Programa de Inclusão Digital;
- Atenção Biopsicossocial;
- Programa Moradia;
- Auxílio Emergencial;
- Programa de Iniciação Científica (Ic);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid);
- Programa de Iniciação Científica da Uneb (Picin);
- Programa Afirmativa;
- Projetos de Extensão;
- Meia Passagem Estudantil;
- Apoio a Viagens e Eventos.

Durante as apresentações realizadas nas escolas para os alunos, buscamos oferecer uma compreensão abrangente sobre os programas de assistência estudantil da Universidade. Exploramos detalhadamente o funcionamento de cada programa, destacando não apenas o valor financeiro das bolsas oferecidas, mas também os critérios e requisitos necessários para



participação. É crucial que os alunos compreendam que esses programas representam oportunidades de apoio financeiro, que podem ser fundamentais para garantir sua permanência e sucesso acadêmico.

Ainda, enfatizamos que os programas de assistência estudantil não se limitam à concessão de bolsas financeiras. Também, abordamos o importante papel do apoio psicossocial e da assistência direta prestada aos estudantes. Essas formas de suporte são igualmente essenciais para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Através dessas iniciativas, a Universidade busca não apenas fornecer recursos financeiros, mas também criar uma rede de suporte abrangente que promova a permanência e o bem-estar dos estudantes ao longo de sua jornada educacional.

A necessidade premente de democratizar de maneira eficaz o acesso à educação superior, sobretudo para jovens de baixa renda, tornou-se um tema central tanto nos discursos governamentais quanto na consciência coletiva da sociedade brasileira, ganhando destaque apenas em um período recente. Essa crescente preocupação deu origem à concepção e execução de políticas públicas voltadas para a expansão e descentralização das oportunidades educacionais, acompanhadas por medidas afirmativas destinadas a grupos sociais historicamente marginalizados. Essas iniciativas refletem um movimento mais amplo em direção à equidade no acesso à educação superior, visando superar as barreiras socioeconômicas e promover a inclusão de segmentos da população que tradicionalmente enfrentaram obstáculos significativos para ingressar e permanecer no ensino superior.

As raízes dessas iniciativas remontam ao Projeto de Lei (PL nº 73/99), que foi apresentado em 1999. Este projeto propunha a reserva de 50% das vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para estudantes provenientes de escolas públicas. Ao longo de 13 anos, esse marco legislativo foi objeto de intenso debate e discussão, evoluindo até se transformar na Lei nº 12.711, conhecida como a "Lei das Cotas". Sancionada em 29 de agosto de 2012, pela então Presidenta Dilma Rousseff, como já mencionado. Essa legislação consolidou um conjunto de medidas destinadas a promover a inclusão e a equidade no acesso à educação superior. Essa transformação legislativa representou um ponto de inflexão significativo nas políticas educacionais do país, estabelecendo uma base legal para a



implementação de ações afirmativas que visam superar as desigualdades históricas no acesso ao ensino superior (Nierotka, 2015).

Há um amplo consenso de que a distribuição de riqueza e renda no país desempenha um papel fundamental na determinação da acessibilidade e da permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Reconhecemos que estender o período de permanência dos alunos na escola está intimamente ligado à garantia do direito ao conhecimento, mantendo um padrão de qualidade que pode ser continuamente melhorado. É crucial evitar atribuir à escola responsabilidades além de sua competência legítima, afastando-se da visão simplista de que a educação é a solução universal para todos os desafios. Reconhecemos que existem questões no ambiente escolar que vão além da responsabilidade exclusiva da instituição, assim como há desafios inerentes à própria estrutura educacional.

Analisar esse contexto socioeconômico de maneira descritiva e analítica, enxergando-o como passível de melhorias por meio de políticas de redistribuição social e considerando a situação da educação escolar como princípios metodológicos fundamentais, é essencial para uma avaliação contextualizada das políticas educacionais. O reconhecimento da influência socioeconômica sobre a educação não nega as influências internas que também moldam sua dinâmica (Cury, 2002).

Diante do significativo aumento no número de matrículas no ensino superior, particularmente entre jovens das camadas populares, surgem novos desafios relacionados à retenção e ao sucesso acadêmico desses estudantes. Compreende-se que não se trata tão somente do acesso e do auxílio a permanência, embora sejam muito importantes, mas torna-se essencial desenvolver mais estudos para aprofundar a compreensão desse novo perfil que recentemente adentrou o ambiente acadêmico superior. Entende-se que a problemática da permanência exige uma análise mais minuciosa, levando em consideração a origem social do estudante, seu capital cultural, as condições materiais de sua vida e as dificuldades enfrentadas em relação ao sentimento de pertencimento, preconceitos e discriminações ao ingressarem em um ambiente historicamente distante de suas realidades.

Em que pese a problemática pontuada e que necessitam ser mais explorados em outros estudos, embora já existam diversos, no contexto brasileiro, recentemente, foi implementada



uma política de curto prazo com o objetivo de aumentar os índices de matrículas e a permanência no ensino superior, com foco especial no acesso das populações mais carentes à universidade. Essa medida reflete um esforço concentrado para reduzir as barreiras enfrentadas por estudantes de origens socioeconômicas menos privilegiadas, buscando não apenas ampliar o acesso inicial, mas também proporcionar condições para que esses alunos possam superar desafios e se consolidar no ambiente acadêmico.

Existem três estratégias de inclusão no ensino superior (ES). A primeira consiste na política de cotas, também conhecida como política de ação afirmativa, que reserva vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) para alunos de grupos desprivilegiados, seja por critério de raça ou situação social. A segunda estratégia abrange uma política de concessão de bolsas para alunos pertencentes a esses grupos desfavorecidos. Por fim, a terceira estratégia envolve uma política de empréstimos para o pagamento das mensalidades nas IES (Wainer; Melguizo, 2018, p. 3).

Foi assim que, em meio a observação dos desafios enfrentados pelas disparidades no acesso ao ensino superior, o projeto DCH-I nas escolas teve início em outubro de 2019, com visitas às escolas públicas de ensino médio em escolas do entorno da universidade para apresentar a proposta. Após estabelecer parceria com a gestão escolar e agendar as apresentações para o início de 2020, a Pandemia Covid-19 causou a suspensão das atividades escolares, interrompendo o projeto até dezembro de 2021, quando as atividades presenciais foram retomadas em algumas escolas. Nesse contexto, no mês de outubro de 2021, levamos a proposta para uma Escola Estadual, no bairro Jardim Santo Inácio, marcando o retorno do projeto após a pandemia. Essa escola, denominada Escola 1, acolheu imediatamente o projeto, e realizamos a primeira apresentação em dezembro de 2021 para três turmas do terceiro ano do ensino médio, totalizando 80 alunos.

A experiência na Escola 1 superou todas as expectativas, os alunos receberam a apresentação com entusiasmo, demonstraram grande interesse e interagiram ativamente, fazendo diversas perguntas. Surpreendentemente, alguns alunos não estavam familiarizados com a UNEB, enquanto outros já tinham ouvido falar, mas nenhum deles possuía um



conhecimento efetivo sobre as formas de acesso e permanência na universidade, ou em outras instituições públicas, exceto pelo ENEM, que estava nos planos de alguns poucos.

Após o retorno às atividades presenciais na UNEB e nas escolas nos meses de março e abril, retomamos as visitas agendadas. Uma dessas visitas ocorreu na Escola Estadual 2, localizada próxima a UNEB. O projeto foi apresentado à direção da escola, que o acolheu imediatamente. As apresentações foram agendadas para os meses de abril e maio, contemplando cinco turmas do terceiro ano do ensino médio, totalizando 150 alunos.

As apresentações na Escola 2 foram recebidas com entusiasmo por boa parte dos alunos, que demonstraram um interesse significativo nos cursos e programas apresentados. Ficou evidente, pelas reações de muitos deles, que o tema abordado era pouco conhecido ou discutido entre eles, e as informações fornecidas eram novas e distantes de sua realidade cotidiana. Esse momento nos fez refletir sobre a importância da continuidade do projeto, uma vez que tem o propósito de instruir e esclarecer dúvidas de jovens que podem se tornar futuros estudantes universitários em instituições públicas.

Durante a apresentação, aproveitamos para informar aos alunos que as inscrições para a UPT estavam abertas, além de mostrar o Programa e fornecer o link de inscrição. Ficamos gratificados ao ver que alguns alunos decidiram se inscrever imediatamente, o que foi extremamente gratificante para nós. Gostaríamos também de expressar nossa gratidão à gestora desta escola:

Em seguida, realizamos uma visita e apresentação para os alunos da Escola Estadual 3, localizada na rua direta do Cabula. Foram três turmas, totalizando 101 alunos. A recepção foi calorosa, com os alunos fazendo diversas perguntas sobre o vestibular da UNEB, isenção de taxas, inscrições via cotas e sobre as bolsas, entre outros questionamentos. Acreditamos que proporcionar espaço para discussão e questionamento é fundamental para estabelecer uma aproximação entre as expositoras e os estudantes, permitindo um diálogo que visa instruí-los e promover a troca de conhecimentos e saberes em diversos contextos. Muitos alunos expressaram gratidão pela oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o funcionamento da universidade pública.



Encerrando as atividades no entorno da UNEB, apresentamos o projeto na Escola Estadual 4 para quatro turmas, totalizando 150 alunos. Essa escola mantém uma boa interação com a UNEB por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e a recepção foi bastante atenciosa. Embora apenas alguns alunos estivessem planejando prestar o ENEM e outros já estivessem familiarizados com a UPT, o interesse demonstrado pela maioria dos alunos em relação às formas de acesso e permanência foi extremamente satisfatório.

Durante a visita, os alunos expressaram interesse em compreender melhor o funcionamento do programa UPT, além de fazerem perguntas sobre diversos aspectos da universidade, como a diferença entre faculdade e universidade, os procedimentos para inscrição e acompanhamento do Sisu e do vestibular da UNEB, entre outras curiosidades e dúvidas. A direção da escola expressou o seguinte posicionamento em relação ao projeto:

O projeto DCHI nas escolas é uma iniciativa de fundamental importância para incentivo ao ingresso de jovens de escolas públicas a universidade. Com a iniciativa a Universidade se aproxima da escola pública e os estudantes têm a oportunidade conhecer os cursos e os programas de acesso e permanência na instituição. Na nossa escola observamos que os alunos aproveitaram para tirar as dúvidas e demonstraram bastante interesse nos temas que estavam sendo abordados.

Em todas as escolas visitadas, mas especialmente na Escola 4, recebemos um *feedback* extremamente positivo e encorajador. Esse êxito nos motiva a expandir ainda mais o alcance do projeto, levando-o para outros bairros da cidade de Salvador e alcançando um número cada vez maior de alunos das escolas públicas locais. Assim, demos continuidade em escolas de outros bairros.

No subúrbio ferroviário, dedicamos esforços para estender o alcance do projeto, visitando escolas distintas. Essas escolas foram selecionadas estrategicamente para abranger uma ampla variedade de alunos e comunidades dentro dessa região específica. Durante as visitas, tivemos a oportunidade de interagir com os estudantes, compartilhando informações sobre as oportunidades de acesso à educação superior, especialmente nas universidades públicas. Além disso, enfatizamos a importância da permanência e do sucesso acadêmico nesse nível de ensino, incentivando os alunos a perseguirem seus objetivos educacionais com



determinação e apoio. Essa iniciativa visa não apenas informar, mas também inspirar os jovens que têm sonhos educacionais e profissionais a alcançá-los.

Até final de 2023, o projeto alcançou um total de sete escolas, abrangendo diversas regiões da cidade de Salvador. Destacamos que já iniciamos, em 2024, os contatos com outras escolas para apresentar o projeto, a fim de estendermos as atividades para novas regiões da cidade de Salvador. À medida que nos preparamos para expandir as atividades para outros bairros de Salvador, é essencial refletir sobre o impacto que o projeto já teve e a importância de continuar esse trabalho. Ao alcançar um número significativo de alunos em diversas escolas, pudemos perceber o interesse e a receptividade dos estudantes em aprender mais sobre as oportunidades de acesso ao ensino superior. Essa interação nos motiva a seguir adiante, buscando alcançar ainda mais jovens e fornecer informações importantes que possam orientá-los em suas trajetórias educacionais.

Além disso, ao nos conectarmos com diferentes comunidades escolares, reforçamos o compromisso de promover a democratização do acesso ao ensino superior, contribuindo para reduzir as disparidades educacionais em nossa cidade. Ao levar informações sobre a universidade pública e incentivar a participação dos alunos, acreditamos que estamos construindo um caminho para um futuro mais inclusivo e igualitário.

Nesse sentido, reiteramos nosso comprometimento em continuar trabalhando em prol da educação e empenhados em ampliar os horizontes dos estudantes das escolas públicas de Salvador. Agradecemos o apoio e a colaboração de todas as escolas que nos receberam até o momento e esperamos contar com o mesmo engajamento nas próximas etapas do projeto. Juntos, podemos fazer a diferença na vida desses jovens e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e educada.

Algumas considerações finais

É fundamental reconhecer que tornar acessíveis as informações sobre formas de acesso e permanência na universidade pública para alunos de baixa renda é de suma importância. Muitas vezes, a ideia de ingressar no ensino superior, especialmente em uma universidade



pública, parece distante e inalcançável para esses estudantes, dadas as circunstâncias de seus contextos sociais. Nesse sentido, é essencial proporcionar o máximo de informações possível, destacando que a universidade pública é para todos e que esses alunos têm o direito de buscar essa oportunidade.

Dentro dessa perspectiva que nossa proposta, desenvolvida no DCH I da UNEB, busca divulgar os seus cursos de graduação e da própria universidade para os alunos do ensino médio das escolas públicas de Salvador. Além disso, fornecemos informações detalhadas sobre as formas de acesso, participação nos processos seletivos e as oportunidades de permanência por meio dos projetos e programas oferecidos pelo Departamento e pela UNEB.

Acreditamos que, ao estabelecer uma maior conexão entre o Departamento/ Universidade e as escolas de ensino básico, estamos incentivando os estudantes de baixa renda a considerarem a universidade pública como uma opção viável. Dessa forma, pensamos que contribuímos para a transformação de uma realidade específica, alinhada com um dos principais objetivos da atividade de extensão universitária: promover a inclusão e a democratização do acesso ao ensino superior e a aproximação com as diversas comunidades e escolas básicas.

Diante dessas considerações, é fundamental enfatizar que as ações afirmativas no ensino superior ainda estão em processo de consolidação. Apesar dos avanços significativos conquistados nas últimas décadas, há um longo percurso a ser trilhado. As políticas públicas destinadas ao acesso ao ensino superior ainda não abrangem de forma plena e satisfatória todos os segmentos da sociedade, especialmente no que concerne às ações interinstitucionais para receber e integrar os ingressantes por meio de cotas. Torna-se, portanto, crucial a implementação de políticas que promovam a expansão e a acessibilidade dos estudantes em todos os níveis de ensino. Além disso, é de suma importância a adoção de medidas que garantam a permanência desses estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

Finalmente, consideramos que o propósito desta ação extensionista tem sido alcançado. Além disso, os resultados enfatizam a importância significativa das políticas de acesso e da assistência estudantil para a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Nesse sentido, fica evidente a relevância das ações extensionistas como instrumento de promoção da equidade



e inclusão no ambiente acadêmico, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ABMS. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Pesquisa de dados**. 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/> Acesso em: 12 fev. 2024.

BAHIA. **Decreto Governamental nº 7.22, de 20 de janeiro de 1998**. Salvador, 1998.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BRASIL. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/> Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Censo Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2021.
BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto motiva estudantes do ensino médio de escolas públicas a entrar na universidade (Projeto Salvaguarda)**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/projeto-salvaguarda> Acesso em: 15 fev. 2024.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FERREIRA, L. E.; CALIXTO, V. L. Desigualdade educacional no Brasil é agravada pela pandemia. **Lamparina**, [online], Ouro Preto, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/desigualdade-educacional-no-brasil-%C3%A9-agravada-pela-pandemia#:~:text=A%20desigualdade%20educacional%20no%20Brasil,para%20o%20ensino%20p%C3%ABablico%20e> Acesso em: 10 fev. 2024.

NIEROTKA, R. L. **Políticas de acesso e ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

USP. Universidade de São Paulo. **Projeto Vivendo a USP**. Disponível em: <https://www5.usp.br/tag/vivendo-a-usp/> Acesso em: 15 fev. 2024.



UNEB. Universidade do Estado da Bahia **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex)**. Salvador, 2022.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Cartilha de Curricularização da Extensão**. Salvador, 2018. Disponível em: www.uneb.br Acesso em: 10 fev. 2024.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Regimento Geral da UNEB**. Salvador, 2012. Disponível em: www.uneb.br Acesso em: 10 fev. 2024.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e162807, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201612162807> Acesso em: 10 fev. 2024.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/>. Acesso em: nov. 2022.

Recebido: 17.04.2024

Aceito: 30.06.2024

Publicado: 21.08.2024



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

